

Avançar é preciso! Mais força à **CDU**

PCP-PEV



Aos professores e educadores

CDU - Um voto de confiança

A política de direita desenvolvida por PS, PSD e CDS, colocou a Escola Pública, a par de outras instituições democráticas da sociedade, no centro dos seus ataques. Foi nesse quadro que lhe impôs fortes cortes orçamentais, desestabilizou a vida das escolas com uma política de desvalorização social e profissional de professores e educadores e com a não contratação de outros trabalhadores da educação necessários ao bom funcionamento das escolas.

No final da actual legislatura, podemos concluir que, com a luta dos professores e de outros trabalhadores da educação, com a acção política, persistência e propostas do PCP, foi possível reverter as medidas mais negativas e pôr fim a financiamentos públicos, ilegítimos e ilegais, a colégios privados.

Entre outras medidas em que a acção do PCP foi decisiva contam-se:

- ✓ a reposição dos salários;
- ✓ a atribuição gratuita de manuais escolares;
- ✓ a redução do financiamento público a colégios privados;
- ✓ a eliminação da PACC ou das bolsas de contratação de escola (BCE);
- ✓ o fim dos exames nos 4º e 6º anos de escolaridade.

E se não se avançou mais, foi porque o governo e as convergências entre PS, PSD e CDS não permitiram.

Contudo, muito continua por fazer. Há problemas por resolver, alguns dos quais de ordem estrutural, tais como a gestão, a rede escolar, o financiamento da Educação, ou direitos por concretizar como é o caso da contabilização de todo o tempo de serviço para efeitos de carreira.

É possível avançar mais, mas, para isso, é preciso reforçar a CDU nas eleições legislativas de 6 de Outubro!





Dia 6 de
Outubro,
o voto na CDU
é um voto
de confiança.
Vote CDU!

cdu.pt [LEGISLATIVAS
2019]



Jerónimo
de Sousa

Heloísa
Apolónia

O Programa Eleitoral da CDU consagra, entre outros, um conjunto **de propostas** **para a Educação** **de que se destacam:**

- ▶ O **aumento do investimento**, na Escola Pública, como prioridade estratégica, visando garantir a gratuidade de todo o ensino público;
- ▶ A implementação de um **modelo verdadeiramente democrático de gestão** das escolas e agrupamentos que observe os princípios da elegibilidade, colegialidade e participação;
- ▶ O **respeito pelos direitos dos trabalhadores da educação**, com o combate a todas as formas de precariedade e a integração nos quadros de todos os trabalhadores com vínculos precários que satisfaçam necessidades permanentes das escolas;
- ▶ A **contabilização de todo o tempo de serviço** congelado aos professores, bem como a outros trabalhadores a quem o mesmo problema se coloca para efeitos de carreira ou, por opção, aposentação;
- ▶ O **respeito pelos horários de trabalho**, eliminando abusos e ilegalidades, a par de outras medidas que visam combater as situações de desgaste e exaustão emocional que afectam muitos profissionais;
- ▶ A aprovação de medidas destinadas a **garantir o inadiável rejuvenescimento** dos trabalhadores docentes e não docentes das escolas;
- ▶ A **revisão do regime de recrutamento, selecção, mobilidade e contratação** de pessoal docente na Escola Pública, pondo cobro às injustiças existentes, sendo respeitada a natureza nacional do concurso e a graduação profissional dos candidatos;
- ▶ A **remodelação do actual regime de formação de professores**, nas suas vertentes inicial, contínua e especializada, de maneira a contribuir para a elevação da qualidade educativa e do ensino;
- ▶ O reforço dos direitos dos **docentes do Ensino Particular e Cooperativo**, que tenha em conta a especial relevância para o interesse público da função que desempenham;
- ▶ A **valorização e dignificação das carreiras dos trabalhadores da educação**, com a reposição/aprovação de carreiras específicas para os trabalhadores de apoio educativo e a dotação das escolas de auxiliares educativos, técnicos especializados e outros trabalhadores da educação, em número suficiente com vínculo estável e com formação adequada;
- ▶ A **reversão do processo de transferência de competências para os municípios** que para lá da desresponsabilização do Estado comprometerá o carácter universal da Escola Pública.

**Dia 6 de Outubro é da vida e do futuro de cada um que se decide.
O voto tem muita força e coloca nas mãos de cada um a decisão.
Dia 6 é, pois, mais um dia de luta para os professores: no combate
à precariedade, na defesa da carreira e pela contagem do tempo
integral de serviço, na melhoria das condições de trabalho.**

Mais força à CDU PCP-PEV

